AO EXPEDIENTE DO DIA

AO EXPEDIENTE DO DIA

PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA

Certifico, para os devidos fins, que este OCUMENTO foi publicado no D O F

Gerência Executiva de Registro de Ato Legislação da Casa Civil do Jovernado

**VETO TOTAL** 

Nº 58

Nesta Data,

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por contrariedade ao interesse público, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 230/2015, de autoria do Deputado Tovar Correia Lima, que "Dispõe sobre a normatização da distribuição de aparelhos, medicamentos e insumos para diabéticos e dá outras providências".

# RAZÕES DO VETO

Apesar de reconhecer os elevados propósitos da medida, vejo-me obrigado a desacolhê-la, fazendo com base nas informações que me foram prestadas pela Coordenação do Núcleo de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde.

O conteúdo normativo do PL nº 230/2015 já consta em nosso ordenamento jurídico, instituído pela União, nos termos da Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.

À Divisão de Assistência ao Plenário

Washington Richa de Aquino Secretário Legislativo





A legislação em vigor já estabelece o direito previsto na presente proposição em âmbito nacional. Normatizando, portanto, de forma isonômica para todos os Estados da federação.

O Governo Federal por meio do Ministério da Saúde criou o Programa Farmácia Popular, que a partir de 2011 passou a disponibilizar os medicamentos indicados para o tratamento da hipertensão e do diabetes sem custos para o paciente.

Além disso, segundo a Portaria nº 1555/2013, que dispõe sobre as normas de financiamento de execução do componente básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde, os entes federativos devem fornecer solidariamente os medicamentos e insumos.

Conforme o inciso II do art.3º da citada portaria, cabe ao Estado o repasse de R\$2,36 (dois reais e trinta e seis centavos) por habitante/ano para financiar a aquisição de medicamentos e insumo.

O Estado da Paraíba vem repassando mensalmente os valores devidos. Cabendo, portanto, aos Municípios a responsabilidade para a aquisição de medicamentos e insumos através dos repasses e recursos próprios.





Ademais desde 2007, o Estado da Paraíba fornece insulinas especiais Lantus (Glargina), Novorapid (Asparte) e Humalog (Lispro) aos pacientes portadores de Diabetes Mellitus Tipo I e II.

Assim, Senhor Presidente, por razões de já existir em nosso ordenamento jurídico normas dispondo acerca do mesmo direito, resolvi vetar o presente Projeto de Lei, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 18 de novembro de 2015.

RICARDO VIEIRA COUTINHO

Governador



PROJETO DE LEI FOI VETAD e publicado no D.O.E, nesta data

Gerência Executiva de Registro de Atos Legislação da Casa Civil do Governado

### ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 171/2015 PROJETO DE LEI Nº 230/2015 AUTORIA DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA SA THE BIALE (15) A THE STATE OF THE STATE O

Ricardo Vieira Coutinho
Governador

Dispoe sobre a normatização da distribuição de aparelhos, medicamentos e insumos para diabéticos e dá outras providências.

#### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a garantir o acesso de diabéticos às tecnologias avançadas, aos exames e a todos os tipos de medicação disponíveis (incluídos todos os tipos de insulinas, em frascos e refis, para DM1 e DM2), equipamentos apropriados (glicosímetros, seringas, canetas, bombas, etc.) e seus respectivos insumos (fitas reagentes, agulhas apropriadas, canoplas) para a aplicação de insulinas.

**Parágrafo único.** Os medicamentos e insumos de que trata o artigo anterior serão fornecidos de acordo com a necessidade de cada paciente e o prescrito por cada endocrinologista que o acompanha.

- Art. 2º Compete à Secretaria de Estado de Saúde a substituição de aparelhos defeituosos, incumbindo-lhe também a ação educativa e fiscalizadora pertinente.
- Art. 3º Os processos junto às secretarias municipais e estadual de saúde para obtenção das chamadas "insulinas especiais" tratamentos avançados não poderão exceder o prazo máximo de trinta dias, ficando garantido ao paciente, na entrada do seu pedido e em caráter liminar, as doses necessárias até a conclusão do processo.

- § 1º Na falta dos insumos e medicações nas secretarias municipais e estadual de saúde por mais de 72 horas, o paciente terá o direito de buscar sua medicação e insumos nas farmácias particulares, garantindo-lhe os governos estadual ou municipais o reembolso dos valores gastos, bastando a apresentação da nota fiscal em nome do paciente cadastrado junto ao SUS, com a descrição de sua compra.
- § 2º Fica garantido ao responsável ou aplicador da insulina injetável no paciente que não conseguir fazê-lo o amplo acesso às unidades de saúde pública e privada, para os procedimentos necessários.
- Art. 4º Fica criada a Carteira de Informação do paciente diabético, onde constarão detalhes de sua patologia, medicações utilizadas e recomendações para o tratamento de urgência e emergência, a ser fornecida pela Secretaria de Estado de Saúde da Paraíba a todos os pacientes diabéticos cadastrados no SUS ou que se utilizam da rede particular.
- Art. 5º A partir da data da publicação desta Lei, fica obrigatório, em todo atendimento de urgência e emergência, nas redes particular e pública, o Teste de Glicemia Capilar.

Parágrafo único. Em caso de qualquer alteração nos padrões da Organização Mundial de Saúde, a possibilidade de ser diabético deverá ser informada ao paciente ou ao seu responsável.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de

Epitácio Pessoa", João Pessoa, 03 de novembro de 2015.

ADRIANO GALDINO
Presidente



#### CONSULTORIA DO GOVERNADOR



# PROTOCOLO DE ENTREGA VETO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

### **VETO TOTAL:**

#### PROJETO DE LEI Nº 230/2015

**AUTORIA:** Deputado Tovar Correia Lima

EMENTA: Dispõe sobre a normatização da distribuição de aparelhos, medicamentos e insumos para diabéticos e dá outras providências.

#### PROJETO DE LEI Nº 231/2015

AUTORIA: Deputada Camila Toscano

**EMENTA:** Dispõe mecanismo de controle do patrimônio público do Estado da Paraíba, dispondo sobre previsões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Estado e dá outras providências.

### PROJETO DE LEI Nº 245/2015

AUTORIA: Deputado Bruno Cunha Lima

**EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de medidas integralizadoras da acessibilidade plena em locais e produtos artísticos-culturais e de lazer no Estado da Paraíba, na forma que especifica.

### PROJETO DE LEI Nº 252/2015

AUTORIA: Deputado Bruno Cunha Lima

**EMENTA:** Institui a obrigatoriedade da publicidade prévia das instruções de segurança nos locais que define, na forma que especifica.

# DATA DO RECEBIMENTO: 20 / 2015, às 5 /51 min. SERVIDOR RESPONSÁVEL:

$(\times)$	Luciana	<b>Furtado</b>	Mat.	273.	073-1
------------	---------	----------------	------	------	-------

Elaine Cristina Oliveira Mat. 290.261-3

( ) Vanuza Cavalcanti Mat. 290.263-0

Assinatura



### ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA

# SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário Às fls sob o nº 58 Em 23   11   12015	Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 1/1/2015  Pluagod Maio Div. de Assessoria ao Plenário Diretor
Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em, _94 /2015.	Remetido à Secretaria Legislativa No dia 24 1 11 /2015  Guerco Olegislativa  Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário	Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia/2015
À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator	Secretaria Legislativa Secretário
Em/ 2015.	Designado como Relator o Deputado
Secretaria Legislativa Secretário	moduled Ste h
Assessoramento Legislativo Técnico	Presidente
Em//2015	Apreciado pela Comissão No dia / /2015
Secretaria Legislativa Secretário	Parecer Em// Secretaria Legislativa
Aprovado em (	No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta () Pagina (s) e () Documento (s) em anexo.  Em / 2015.
Funcionário	Funcionário





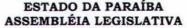
# COMISSÃO DE SAÚDE, SANEAMENTO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**58/2015 – DO GOVERNADOR DO ESTADO –** Veto Total ao Projeto de Lei nº 230/2015 de autoria do Dep. Tovar Correia Lima que "Dispõe sobre a normatização da distribuição de aparelhos, medicamentos e insumos para diabéticos e dá outras providências".

Designo como relator

PRESIDENTE





"Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional"

#### VETO N° 58/2015.

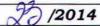
Veto total a Projeto de Lei nº 230/2015, que dispõe sobre a normatização da distribuição de aparelhos, medicamentos e insumos para diabéticos e dá outras providências.. Parecer pela REJEIÇÃO DO VETO.

**AUTOR:** Governo do Estado

RELATOR: Dep. Hervázio Bezerra. Substituido na relatoria pelo Dep.

Ricardo Barbosa

PARECER Nº



#### I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe, para análise e parecer, o **Veto de Nº 58/2015 do Governo do Estado da Paraíba** ao Projeto de Lei 230/2015, que assegura ao diabético o acesso as tecnologias avançadas para o tratamento de sua condição.

O Governador do Estado vetou totalmente o referido projeto de lei por considerá-lo contrário ao interesse público, alegando que este conteúdo normativo já está devidamente regrado através da Lei Nacional nº 11.347/2006.

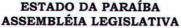
A matéria legislativa em epígrafe constou no expediente do dia 24 de novembro de 2015.

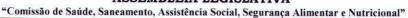
Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.









#### I - VOTO DO RELATOR

O Projeto de lei vetado totalmente pelo Exmo. Governador do Estado da Paraíba determina, em síntese, que a rede estadual de saúde forneça ao portador de diabetes a tecnologia avançada que menciona, visando melhorar a qualidade de vida do cidadão.

O Chefe do Poder Executivo, ao vetar o projeto, o fundamentou em razões de interesse público, conforme consta nas razões do veto encaminhada a esta Casa:

"Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por contrariedade ao interesse público, decidi vetar totalmente o projeto de lei nº 230/2015, de autoria do Deputado Tovar Correia Lima".

As alegações são que a matéria tratada no projeto contraria o interesse público, pois a Lei Nacional nº 11.347/2006 já estabelece o direito previsto na presente proposição em âmbito nacional.

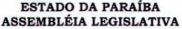
Pois bem, analisando as razões do veto, percebo que não assiste razão ao que foi aduzido pelo Exmo. Sr. Governador, pois, no cotejo dos autos, visualizo que os direitos aqui veiculados são específicos e mais abrangentes, o que reforça a legislação nacional.

Ademais, a reprodução de direitos previstos em lei nacional na legislação estadual, mormente quando não são de iniciativa privativa da União e são direitos mais específicos, não fere o ordenamento pátrio, o que, em nosso ver, não é contrário ao interesse público, mas o celebra.

Nesse contexto, é necessário destacar que, apesar de a matéria ora apreciada ser pertinente a direitos já previstos genericamente na legislação nacional, o presente projeto de lei não contraria o interesse público por tal motivo.

Registre-se que a contrariedade ao interesse público de uma matéria não pode advir simplesmente pelo fato de ela já ter sido veiculada pela União, sendo preciso, para tanto, que o Estado inove na ordem jurídica, comportando-se como verdadeiro concorrente







"Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional"

daquele Ente Maior, o que não ocorre no presente caso¹. Dessa feita, o legislador estadual pode reproduzir normas editadas pelo Poder Legislativo, no âmbito federal, a fim de conferir às leis estaduais coerência, harmonia e completude, permitindo a integração do diploma legal ao restante do Sistema Normativo, sendo este um dos princípios de otimização da técnica legislativa².

Diante de tais considerações e após uma objetiva análise da matéria, esta relatoria vota pela REJEIÇÃO do veto ao projeto de lei nº 230/2015.

É como voto.

Sala das Comissões, 10 de Dezembro de 2015.

DEP. Hervázio Bezerra
RELATOR(A)

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 24. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011, p. 512.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> SOARES, Fabiana de Menezes. Legística e desenvolvimento: a qualidade da lei no quadro da otimização de uma melhor legislação. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, nº 50, p. 124-142, jan.-jul., 2007.Disponível em: <a href="http://www.polos.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/31/29">http://www.polos.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/31/29</a>. Acesso em: 13 ago 2014.







"Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional"

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do o parecer do Senhor Relator, opina pela REJEIÇÃO do veto Nº 58/2015.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10 de Dezembro de 2015.

DEP. RICARDO BARBOSA

Presidente

DEP. HERVÁZIO BEZERRA Membro

DEP. INÁCIO FALCÃO

Membro

DEP. ZÉ PAULO Membro



#### SECRETARIA LEGISLATIVA

DACPL - Departamento de Acompanhamento e Con do Processo Legislativo

Divisão de Assessoria ao Plenário



# CERTIDÃO DE TRAMITAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO PLENÁRIO JOSÉ MARIZ

Propositura: Veto nº 58/2015 - DO GOVERNADOR DO ESTADO.

Ementa: Veto Total ao Projeto de Lei nº 230/2015 de autoria do Dep. Tovar Correia Lima que "Dispõe sobre a normatização da distribuição de aparelhos, medicamentos e insumos para diabéticos e dá outras providências".

Certifico que o Veto nº 58/2015 de autoria do Governador do Estado foi mantido com a seguinte votação: 11- SIM e 17 - NÃO, na Sessão Ordinária realizada em 17 de dezembro de 2015.

Sala das Sessões em 17 de dezembro de 2015.

Deputado Nabor Wanderley 1º Secretário



#### ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Casa de Epitácio Pessoa

Oficio nº 349/2015

João Pessoa, 17 de dezembro de 2015.

#### Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência que esta Assembleia Legislativa, na sessão ordinária do dia 17/12/2015, manteve integralmente o Veto Total nº 58/2015, referente ao Projeto de Lei nº 230/2015, de autoria do Deputado Estadual Tovar Correia Lima, o qual "Dispõe sobre a normatização da distribuição de aparelhos, medicamentos e insumos para diabéticos e dá outras providências".

Atenciosamente,

ADRIANO GALDINO

Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor

Dr. RICARDO VIEIRA COUTINHO

Governador do Estado da Paraíba Palácio da Redenção João Pessoa PB Consultoria Legislativa do Governador

REČEBIDO

Em 18/ 12/2015

DE 6057100



#### ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Casa de Epitácio Pessoa

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

# DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E CONTROLE DO PROCESSO LEGISLATIVO - DACPL

# DIVISÃO DE REDAÇÃO E AUTÓGRAFO – DRA FINALIZAÇÃO PROCESSUAL

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI Nº 230/2015

**AUTORIA: DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA** 

**EMENTA:** Dispõe sobre a normatização da distribuição de aparelhos, medicamentos e insumos para diabéticos e dá outras providências.

Certifico que o Projeto de Lei teve sua finalização com 44 (quarenta e quatro) páginas, teve Veto Total nº 58/2015 publicado no Diário Oficial de 19/11/2015, foi mantido na sessão ordinária de 17 de dezembro de 2015, e comunicado ao Governador do Estado a manutenção em 18/12/2015.

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2016.

Regina Coeli Bezerra da Silva Diretora da Divisão de Redação e Autógrafo